

CESAR ZUCATTI PRITSCH

*Juiz do Trabalho na 4ª Região/RS e Juris Doctor pela Florida International University (FIU), EUA, laureado no grau magna cum laude, além de Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Universidade Gama Filho/RJ, e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Todas as traduções a partir da língua inglesa são do autor. Contato com o Autor, comentários ou sugestões acerca da obra, por meio de [manualdepraticadosprecedentes@gmail.com](mailto:manualdepraticadosprecedentes@gmail.com).*

# MANUAL DE PRÁTICA DOS PRECEDENTES

---

## NO PROCESSO CIVIL E DO TRABALHO

ATUALIZADO CONFORME  
O CPC 2015 E REFORMA TRABALHISTA

**LTR<sup>®</sup>**



**EDITORA LTDA.**

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571  
CEP 01224-003  
São Paulo, SP — Brasil  
Fone (11) 2167-1101  
www.ltr.com.br  
Março, 2018

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: RLUX  
Projeto de capa: FABIO GIGLIO  
Impressão: BOK2

Versão impressa — LTr 5905.9 — ISBN 978-85-361-9488-2  
Versão digital — LTr 9343.5 — ISBN 978-85-361-9608-4

1120358

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Pritsch, Cesar Zucatti

Manual de prática dos precedentes no processo civil e do trabalho : atualizado conforme o CPC 2015 e reforma trabalhista — Cesar Zucatti Pritsch. — São Paulo : LTr, 2018.

Bibliografia.

1. Direito processual do trabalho 2. Direito processual do trabalho — Brasil 3. Precedentes (Direito) 4. Processo civil 5. Processo civil — Brasil 6. Processo civil — Leis e legislação — Brasil 7. Reforma constitucional I. Título.

17-10676

CDU-347.9:331

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Precedentes : Direito processual do trabalho 347.9:331

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO: POR QUE ESTUDAR PRECEDENTES? PRECISAMOS DE REFERÊNCIAS PRÁTICAS? PARA QUE INVESTIGAR O <i>COMMON LAW</i>?</b>	17
<b>2. PRECEDENTE?</b>	20
2.1. Uma definição preliminar	20
2.2. O precedente está na lógica do dia a dia	20
<b>3. POR QUE PRECISAMOS DE PRECEDENTES?</b>	21
3.1. Crise do sistema — explosão de recorribilidade — Poder Judiciário sobrecarregado e uma visão de processo exaurida	21
3.2. Precedentes vinculantes como solução emergencial	22
3.2.1. Contexto de aproximação dentre os sistemas do <i>common law</i> e <i>civil law</i>	22
3.2.2. Minirreformas processuais não lograram resultados suficientes	23
3.3. Principais justificativas para adoção de precedentes vinculantes	23
3.4. O novo CPC e o abandono parcial da tradição romano-germânica — regime híbrido entre o <i>civil law</i> e o <i>common law</i>	24
3.5. Não obstante as críticas, o precedente vinculante agora integra nosso ordenamento — uma oportunidade para avanços	25
<b>4. BEBENDO NA FONTE: EXAMINANDO O FUNCIONAMENTO DOS PRECEDENTES VINCULANTES NO <i>COMMON LAW</i></b>	27
4.1. <i>Common law</i> — nem tão diferente assim — evoluções separadas a partir dos mesmos ingredientes	27
4.1.1. Início similar	27
4.1.1.1. A desromanização da Britânia	28
4.1.1.2. A chegada dos normandos, centralização do governo e a recepção do direito consuetudinário e escrito saxão	29
4.1.1.3. As primeiras cortes de justiça	31
4.1.1.4. Uso dos precedentes para guiar minimamente a atividade judicial	33
4.1.2. Um direito sem rupturas — resistência à romanização e ao positivismo dos códigos	33
4.1.2.1. Direito inglês marcado pela continuidade	34
4.1.2.2. Direito continental marcado por rupturas	34
4.1.3. Recepção do <i>common law</i> e legislação positiva inglesa nos Estados Unidos — sem ruptura, a despeito da guerra de independência	36
4.2. <i>Stare decisis</i> — por que no <i>common law</i> o precedente vincula? Desenvolvimento da ideia de vinculação atrelada à evolução do registro e publicação dos precedentes	37
4.2.1. <i>Plea rolls</i>	38
4.2.2. Tratados	38

4.2.3. <i>Year books</i> .....	39
4.2.4. <i>Case reporters</i> .....	40
4.3. Estrutura federativa do judiciário americano e impacto na hierarquização dos precedentes ...	40
4.3.1. Justiça estadual e o predomínio do direito estadual na maior parte das relações jurídicas de cada cidadão .....	41
4.3.2. Justiça federal — jurisdição limitada a questões de direito federal ( <i>federal question</i> ) e de casos envolvendo direito estadual, mas em que as partes sejam de estados diferentes ( <i>diversity</i> ).....	41
4.3.3. Suprema Corte dos Estados Unidos .....	42
4.4. <i>Stare decisis</i> nos EUA — quais julgados vinculam? .....	43
4.4.1. <i>Stare decisis</i> vertical — todos os acórdãos publicados vinculam as instâncias diretamente inferiores .....	43
4.4.1.1. <i>Stare decisis</i> vertical indireto — em alguns estados, acórdãos de todas as cortes recursais do estado vinculam o primeiro grau, ainda que fora de sua área geográfica.....	43
4.4.2. Efeito precedencial de acórdãos publicados e não publicados.....	43
4.4.3. Prevalência de precedentes da Suprema Corte americana e <i>Circuit Courts</i> em direito federal e das Supremas Cortes estaduais, em direito estadual .....	44
4.4.4. <i>Stare decisis</i> horizontal em composição plenária não absoluto nos EUA — e mais recentemente também no Reino Unido — embora <i>overrulings</i> sejam raros .....	45
4.4.5. <i>Stare decisis</i> horizontal — precedentes de órgãos fracionários de tribunal ou de outra jurisdição .....	46
4.4.5.1. Em nível federal, uma turma não pode divergir de outra — mas sim provocar manifestação do pleno ( <i>en banc</i> ).....	46
4.4.5.2. Conflito aparente de precedentes de um <i>Circuit Court</i> .....	47
4.4.5.3. Em nível estadual — em linhas gerais seguindo a mesma sistemática federal quanto a precedentes dos órgãos fracionários.....	48
4.4.6. Conflito jurisprudencial entre cortes de segundo grau federais .....	49
4.4.7. Efeito persuasivo de precedentes de outros <i>Circuit Courts</i> e <i>District Courts</i> federais, ou mesmo de julgados de cortes estaduais .....	49
<b>5. ESTUDO DE CASO — <i>BROWN V. BOARD OF EDUCATION</i>, 347 US 483 (1954)</b> .....	51
5.1. Enfoque prático .....	51
5.2. Método Socrático e <i>Case Method</i> .....	51
5.3. Roteiro de perguntas — <i>Brown v. Board of Education</i> , 347 US 483 (1954).....	52
5.4. Tradução — <i>Brown v. Board of Education</i> , 347 US 483 (1954) .....	52
5.5. Tradução das notas de rodapé originais do acórdão em <i>Brown</i> .....	56
5.6. Respostas — <i>Brown v. Board of Education</i> , 347 US 483 (1954) .....	59
5.6.1. Que tipo de ação? .....	59
5.6.2. Quem eram os autores? .....	59
5.6.3. Quem eram os réus? .....	60
5.6.4. Quais os principais fatos de <i>Brown v. Board of Education</i> , 347 US 483 (1954)? .....	60

5.6.5. Qual entidade estava por trás dos autores? .....	61
5.6.6. Qual o pedido e seu fundamento jurídico? .....	61
5.6.7. Qual o maior obstáculo jurídico ao pedido da classe de autores em <i>Brown</i> ? .....	61
5.6.8. As conclusões fáticas do juízo <i>a quo</i> foram levadas em consideração na Suprema Corte? Quais? .....	62
5.6.9. Qual exatamente a questão jurídica a ser respondida pela Suprema Corte ( <i>LEGAL ISSUE / QUESTION PRESENTED</i> )? .....	63
5.6.10. Qual a <i>RATIO DECIDENDI/HOLDING</i> (fatos + resposta à questão jurídica que resolve o caso)? .....	64
5.6.11. Por que a interpretação constitucional histórica foi afastada? .....	64
5.6.12. Qual o argumento da Corte para amparar o <i>holding</i> ( <i>REASONING</i> )? .....	65
5.6.13. <i>Brown v. Board of Education</i> se amparou em outros precedentes? Teve seu terreno preparado por precedentes favoráveis, ou foi o primeiro avanço dos negros contra a segregação? .....	65
5.6.14. Os substituídos (classe) nos 4 processos abrangiam todos os estudantes dos EUA? .....	68
5.6.15. Qual a razão da decisão ter impacto nacional? .....	68
5.6.16. <i>Brown v. Board of Education</i> tornou totalmente sem efeito <i>Plessy v. Ferguson</i> ? .....	69
5.6.17. Mas por que razão a Suprema Corte não superou ( <i>overrule</i> ) <i>Plessy</i> totalmente? .....	69
5.6.18. Como se acabou com a segregação racial <i>de jure</i> nos EUA, em geral? .....	69
5.6.19. Na educação, acabou a segregação <i>de facto</i> ? .....	69
<b>6. PRECEDENTES NO BRASIL E SEUS GRAUS DE VINCULAÇÃO</b> .....	70
6.1. Contexto histórico e constitucionalidade .....	70
6.2. Acerto do novo CPC quanto à limitação do rol de precedentes vinculantes no Brasil .....	73
6.3. Inviabilidade de vinculação irrestrita a todos os tipos de acórdãos .....	74
6.3.1. Comparação — nos EUA, poderosas salvaguardas evitam que inadvertidamente se crie um conflito jurisprudencial interno .....	75
6.3.1.1. <i>Stare decisis</i> horizontal entre órgãos fracionários do mesmo tribunal .....	75
6.3.1.2. Drástica diferença na quantidade de recursos, dada a baixa perspectiva de provimento ...	76
6.3.1.3. Maior cuidado dos advogados, sendo-lhes exigido apontar com detalhe o erro do juízo <i>a quo</i> , e proibido omitir qualquer direito legislado ou jurisprudencial relevante para a formação do precedente .....	76
6.3.2. Numerosidade e insuficiência de freios à divergência entre acórdãos de turmas no Brasil induzem naturalmente ao conflito jurisprudencial, inviabilizando por ora o efeito precedencial vinculante dos acórdãos fracionários .....	76
6.3.3. Falta de treinamento ou tradição no uso de precedentes é mais um obstáculo a uma alteração mais ampla, conferindo efeito vinculante aos acórdãos fracionários em geral...	78
6.3.4. Falta de mecanismos de pesquisa informatizados mais completos .....	79
6.3.5. Precedentes “à brasileira” — opção intermediária — reserva do possível .....	80
6.4. Quais julgados vinculam no Brasil? Precedentes vinculantes, obrigatórios, e meramente persuasivos .....	81

6.4.1. Precedentes vinculantes em sentido estrito .....	81
6.4.1.1. Lei n. 13.256/2016 — retoque às vésperas da entrada em vigor do CPC de 2015 .....	82
6.4.1.2. Precedentes vinculantes com coercibilidade imediata — precedentes vinculantes com coercibilidade diferida .....	82
6.4.1.3. Novo efeito vinculante concedido ao recurso extraordinário com repercussão geral — significativo avanço na racionalização do sistema recursal — Lei n. 13.256/2016 .....	83
6.4.2. Precedentes obrigatórios .....	84
6.4.3. Precedentes persuasivos .....	84
6.4.3.1. Julgados de órgãos fracionários ou de outros tribunais de igual hierarquia .....	85
6.4.3.2. <i>Stare decisis</i> horizontal? Acórdãos de órgãos ou tribunais de mesma hierarquia são persuasivos? .....	85
6.4.3.3. <i>Obiter dictum</i> .....	86
6.4.3.4. Votos dissidentes ( <i>dissent</i> ) .....	86
<b>7. ALGUNS CONCEITOS EM MATÉRIA DE PRECEDENTES .....</b>	<b>87</b>
7.1. Relação entre leis e precedentes no <i>Common Law</i> .....	87
7.2. Diferente relação entre leis e precedentes no <i>Civil Law</i> e no <i>Common Law</i> não impedem a adoção da vinculação aos precedentes aqui .....	89
7.3. <i>Ratio decidendi</i> .....	90
7.3.1. Distinguindo <i>ratio decidendi</i> de <i>obiter dictum</i> e de coisa julgada .....	91
7.3.2. Identificando a <i>ratio decidendi</i> ou <i>holding</i> .....	92
7.3.2.1. O teste da inversão de Wambaugh .....	93
7.3.2.2. Outras quatro “marcas” indicativas da <i>ratio decidendi</i> , segundo Wambaugh .....	94
7.3.2.3. Goodhart, e a busca de regras mais concretas para a identificação da parte vinculante da decisão .....	95
7.3.2.4. A <i>ratio decidendi</i> não coincide necessariamente com a fundamentação explicitada ...	96
7.3.2.4.1. Fundamentação ausente ou obscura, incompleta .....	96
7.3.2.4.2. Fundamentação excessivamente ampla ou abstrata — <i>overinclusive</i> .....	97
7.3.2.4.3. Fundamentação excessivamente restritiva, vinculada a detalhes fáticos não essenciais — <i>underinclusive</i> .....	97
7.3.2.4.4. Fundamentação conflitante de votos em separado concorrentes .....	98
7.3.2.5. Onde está a <i>ratio</i> ? Fatos tratados pelo juiz como “materiais” + decisão neles baseada ...	99
7.3.2.5.1. Primeiro passo: identificar os fatos do caso .....	100
7.3.2.5.2. Segundo passo: dentre os fatos do caso, identificar quais foram tidos como “materiais” pelo julgador, amparando sua decisão .....	101
7.3.2.5.3. Terceiro passo: enunciar o “princípio do caso” ( <i>ratio decidendi</i> ) com os fatos “materiais” e a conclusão a que derem base .....	103
7.3.2.5.4. Síntese das recomendações de Goodhart para identificação da <i>ratio decidendi</i> ...	103
7.3.2.6. Regras de Relevância — a caracterização dos “fatos materiais” com maior ou menor abstração — categorias de assimilação — Schauer .....	104
7.3.2.6.1. Regras de relevância e categorias de assimilação .....	105

7.3.2.6.2. Categorias de assimilação articuladas na própria decisão .....	106
7.3.2.6.3. Categorias de assimilação decorrentes da linguagem e relações sociais .....	107
7.3.3. Síntese esquemática para a identificação da <i>ratio decidendi</i> .....	109
7.4. <i>Obiter dictum</i> .....	112
7.4.1. Se não é <i>ratio decidendi</i> , é <i>obiter dictum</i> .....	112
7.4.2. Por que <i>obiter dictum</i> não vincula? .....	113
7.4.3. <i>Dicta</i> de hoje pode ser a <i>ratio decidendi</i> de amanhã .....	114
7.4.4. O cuidado que uma corte deve ter para não incorrer em <i>dicta</i> .....	114
7.5. Aplicação direta ( <i>following</i> ) da <i>ratio decidendi</i> .....	115
7.5.1. Raciocínio dedutivo .....	115
7.5.2. Silogismo lógico? Comparação entre a subsunção dos fatos do caso concreto à lei e à <i>ratio</i> de um precedente .....	116
7.6. Superação ( <i>overruling</i> ) .....	116
7.6.1. <i>Overruling</i> por corte superior .....	117
7.6.2. <i>Overruling</i> pela mesma corte — limitações .....	117
7.6.3. <i>Overruling</i> expressa ou implícita — total ou parcial .....	118
7.7. Analogia ( <i>analogical reasoning</i> ) .....	119
7.7.1. Analogia — relevante similaridade, mas sem figurar em categorias fáticas idênticas às do precedente .....	119
7.7.2. Estrutura lógica .....	120
7.8. Distinção ( <i>distinguishing</i> ) .....	121
7.8.1. Distinção — dissimilaridade relevante — a aplicação por analogia que falhou .....	121
7.8.2. Estrutura lógica .....	122
<b>8. FUNDAMENTAÇÃO COM PRECEDENTES</b> .....	123
8.1. Dever de fundamentar a aplicação de precedentes ou não aplicação de precedentes invocados analiticamente pela parte sob pena de nulidade — art. 489 do CPC .....	123
8.1.1. Dever de fundamentar quanto aos precedentes e súmulas que embasam a decisão .....	124
8.1.2. Dever de fundamentar quando deixar de seguir súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte .....	125
8.1.3. Teoria da causa madura — impacto do dever de fundamentação na segunda e superior instância — obrigação de acatar precedentes ou fundamentar <i>distinguishing/overruling</i> sob pena de nulidade .....	126
8.2. Grau de força dos precedentes — menor antiguidade e maior notoriedade .....	127
8.3. Os precedentes vinculantes ou obrigatórios na hierarquia das fontes formais de direito .....	128
8.4. Equilíbrio entre a complexidade da fundamentação completa com precedentes e a necessária concisão .....	130
8.4.1. A redação com precedentes torna a escrita jurídica mais complexa .....	130
8.4.2. Elegendo prioridades — concisão como regra — maior profundidade nas questões de direito efetivamente controvertidas .....	131

8.4.2.1. Súmulas — mera citação seria suficiente? Ou é necessário o debate de seu precedente-base? .....	132
8.4.2.2. O risco da “ementa-lei” — a ementa não é o precedente .....	133
8.5. Obrigação de declarar o voto vencido.....	134
8.6. C R E A C .....	135
8.6.1. C — Conclusão .....	136
8.6.2. R — Regra de direito aplicável .....	136
8.6.3. E — Explicação do funcionamento e interação das regras mencionadas .....	136
8.6.4. A — Aplicação ao caso concreto .....	137
8.7. Como citar um precedente .....	137
8.7.1. Forma de citação no <i>common law</i> .....	138
8.7.2. Sugestão de citação padronizada para nosso sistema .....	140
8.7.2.1. Citação mais curta e padronizada — número CNJ + tribunal-órgão-data .....	141
8.7.2.2. Identificação opcional do tipo de decisão e relator, entre parênteses.....	141
8.7.2.3. “Nome do caso”, opcional, para facilitar múltiplas referências a um mesmo julgado .....	141
8.7.3. Extensão ou profundidade de uma citação, conforme a função na argumentação .....	143
8.7.3.1. Citação ao enunciar uma regra de direito jurisprudencial.....	143
8.7.3.2. Citação ao explicar uma regra .....	144
8.7.3.3. Citação ao aplicar a regra comparando os fatos do precedente com os fatos do caso concreto .....	144
8.7.4. Citação em linha.....	145
<b>9. FATOS NA FORMAÇÃO DOS PRECEDENTES .....</b>	<b>147</b>
9.1. Fatos motivam tanto as leis quanto os precedentes, mas os precedentes nunca daqueles se desvinculam .....	147
9.2. Fatos — indissociáveis da técnica de precedentes .....	148
9.3. Fatos e a mudança de função de súmulas e da jurisprudência .....	149
9.4. O atrelamento aos fatos do precedente como garantia de democracia e independência no processo decisório.....	150
9.5. O uso intensivo dos fatos do “caso-teste” — exemplo da Suprema Corte americana .....	152
9.6. A centralidade dos fatos no CPC 2015 e na Lei 13.015/2014 .....	153
9.7. A importância dos fatos na evolução dos precedentes — estudo de caso — <i>Harris v. Forklift Sys</i> ...	155
9.7.1. Fatos eloquentes obrigam a jurisprudência a evoluir — <i>distinguishing</i> .....	155
9.7.2. Roteiro de perguntas — <i>Harris v. Forklift Sys, Inc</i> , 510 U.S. 17 (1993).....	157
9.7.3. Tradução — <i>Harris v. Forklift Sys, Inc.</i> , 510 U.S. 17 (1993).....	157
9.7.4. Respostas — <i>Harris v. Forklift Systems, Inc.</i> .....	161
9.7.4.1. Quem era a autora? .....	161
9.7.4.2. Quem era a ré? .....	161



9.7.4.3. Quais os fatos principais ( <i>statement of facts</i> )?.....	161
9.7.4.4. Qual o pedido e seu fundamento .....	161
9.7.4.5. Como o caso chegou à Suprema Corte ( <i>procedural posture</i> )? .....	162
9.7.4.6. Qual o maior obstáculo jurídico ao pedido? .....	163
9.7.4.7. Qual a questão jurídica a ser respondida pela Corte ( <i>issue / question presented</i> )?.....	164
9.7.4.8. Qual a <i>ratio decidendi</i> (fatos necessários + resposta à questão jurídica que resolve o caso)? .....	165
9.7.4.9. Qual o argumento da Corte para amparar o <i>holding</i> ( <i>reasoning</i> )? .....	166
9.7.4.9.1. “R” — regra — apresentação das regras legisladas e jurisprudenciais aplicáveis.....	167
9.7.4.9.2. “E” — explicação da interação, vigência e funcionamento das regras citadas .....	168
9.7.4.9.3. “A” — aplicação das regras legisladas e jurisprudenciais aos fatos do caso concreto.....	170
9.7.4.10. Quais as tutelas deferidas ou resultado ( <i>disposition of the case</i> )? .....	170
9.7.5. A eficácia social dos precedentes vinculantes — maior efetividade social das ações individuais nos EUA — condenações habitualmente elevadas e possibilidade de medidas de tutela coletiva nas ações individuais — obediência espontânea por força do <i>stare decisis</i> .....	171
<b>10. DINÂMICA DA APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES NO BRASIL, E A CURIOSA POSIÇÃO DE INSTRUMENTOS <i>SUI GENERIS</i>, COMO SÚMULAS, RECURSOS REPETITIVOS, REPERCUSSÃO GERAL, UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA E RECLAMAÇÃO .....</b>	<b>173</b>
10.1. Alerta inicial — a estrita vinculação do precedente aos seus fatos como garantia democrática de independência e isenção do judiciário.....	174
10.2. Uso dos precedentes no peticionamento pelas partes.....	176
10.2.1. Quais precedentes ou jurisprudência utilizar? .....	177
10.2.1.1. Precedentes vinculantes.....	177
10.2.1.2. Jurisprudência persuasiva da mesma jurisdição — “eu também quero”.....	178
10.2.2. Como estruturar a invocação analítica a precedentes para se desincumbir de seu ônus argumentativo prévio .....	180
10.3. Raciocinando com precedentes na sentença .....	181
10.3.1. Exemplo de argumentação com precedentes, sob o ponto de vista do primeiro grau de jurisdição .....	183
10.3.2. Identificando a <i>ratio decidendi</i> .....	185
10.3.3. Quem pode identificar a <i>ratio decidendi</i> ? .....	185
10.4. Raciocinando com precedentes no segundo grau de jurisdição .....	186
10.4.1. <i>Stare decisis</i> horizontal? Impedimento de criar jurisprudência conflitante .....	186
10.4.2. Na vigência do CPC 1973, a uniformização de jurisprudência e a assunção de competência eram subutilizados.....	188
10.4.3. Incidente de assunção de competência — IAC.....	190
10.4.3.1. Origem em mecanismo de composição de divergências do STJ.....	190
10.4.3.2. Legitimidade e Pressupostos .....	191

10.4.3.3. Inapropriado para processos de massa, mas possível para questões de pouca repetitividade .....	191
10.4.3.4. Excepcional repercussão social ou divergência jurisprudencial relevante .....	191
10.4.3.5. Foco na composição de dissensos — aspecto preventivo, antes da efetiva ocorrência de divergência, deve ser excepcional.....	192
10.4.3.6. Dever de uniformizar — não mera conveniência discricionária .....	192
10.4.3.7. Efeito vinculante e vantagem sobre o antigo IUJ.....	193
10.4.4. Incidente de resolução de demandas repetitivas — IRDR .....	193
10.4.4.1. Inspiração alemã — procedimento-modelo ( <i>Musterverfahren</i> ).....	194
10.4.4.2. Nos EUA, as lides de massa são equacionadas de um lado pelo <i>stare decisis</i> , do outro pelas <i>class actions</i> .....	194
10.4.4.3. Ação civil pública é insuficiente para racionalizar as lides de massa — o IRDR é a nova aposta para equacionar a questão .....	195
10.4.4.4. IRDR x IAC .....	196
10.4.4.5. Natureza de incidente processual, dependente de um caso concreto.....	196
10.4.4.6. Desistência ou abandono pelas partes do caso concreto — necessidade de manter um caso concreto afetado ao incidente .....	197
10.4.4.7. Cabimento.....	198
10.4.4.8. Legitimidade e competência .....	200
10.4.4.9. Ampla divulgação — participação ampla de terceiros .....	200
10.4.4.10. Fundamentação exauriente enfrentando todos os argumentos das partes — voto vencido.....	201
10.4.4.11. Técnica de processo de massa — suspensão de lides idênticas enquanto aguardam solução centralizada .....	202
10.4.4.12. Conteúdo da decisão — exauriente mas concisa — ancorada nos fatos do caso concreto afetado ao incidente .....	202
10.4.4.13. Eficácia ou alcance da decisão em IRDR.....	204
10.4.4.14. Revisão ( <i>overruling</i> ) .....	204
10.4.4.15. Recurso em face da decisão do incidente e do respectivo caso afetado .....	205
10.4.5. Incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ) no processo do trabalho — ainda viável por previsão regimental ou retirado do ordenamento jurídico? .....	207
10.4.5.1. IUJ no processo civil foi revogado com a entrada em vigor do CPC 2015.....	208
10.4.5.2. No processo do trabalho o IUJ deveria ser considerado revogado (mesmo antes da Lei n. 13.467/2017) .....	208
10.4.5.3. Improriedade de usar o termo revogado “incidente de uniformização de jurisprudência” .....	210
10.4.5.4. Vantagens comparativas da adoção do IRDR ou IAC ao invés de IUJ .....	210
10.4.5.5. Peculiaridade procedimental na uniformização “a posteriori” no processo do trabalho .....	211
10.4.6. Pode o Tribunal Regional ou Tribunal de Justiça uniformizar jurisprudência contra súmula ou orientação do plenário ou órgão especial dos tribunais superiores? Apenas se demonstrar <i>distinguishing</i> ou <i>overruling</i> . O delicado equilíbrio entre a estabilidade e a oxigenação da jurisprudência .....	212

10.5. Súmula — quem é essa estranha? .....	214
10.5.1. Recepção e extinção dos assentos portugueses no Brasil .....	214
10.5.2. Introdução no Brasil em 1963 da jurisprudência sumulada persuasiva .....	218
10.5.2.1. Criação regimental da Súmula da Jurisprudência Predominante do STF, seguida pelos demais tribunais .....	218
10.5.2.2. Meio termo entre a dureza implacável dos assentos e a inoperância dos prejulgados — Súmula como um método de trabalho — facilitador de pesquisa jurisprudencial e economia argumentativa — registro oficial das matérias já resolvidas dotado de alguns efeitos processuais, para focar o trabalho nos novos debates .....	218
10.5.2.3. Função de repertório oficial de jurisprudência — índice — facilitador da busca jurisprudencial .....	220
10.5.2.4. Função de economia processual/argumentativa — “relevância às avessas” — evitar desperdício de tempo em questões pacificadas — paralelo com a escolha discricionária dos casos relevantes da Suprema Corte Americana .....	220
10.5.2.5. Súmula não se interpreta: seria a interpretação da interpretação — se não for clara, é inútil, devendo ser cancelada ou modificada .....	221
10.5.3. Compreensão da natureza da Súmula da jurisprudência predominante dos tribunais a partir de sua regulamentação nos regimentos internos .....	222
10.5.4. Atualidade dos motivos originais da criação das Súmulas no STF — Súmulas são necessárias por enquanto — mudança de foco: dão publicidade imediata à uniformização de dissensos, prescindindo-se de vários julgamentos sucessivos .....	224
10.5.4.1. Dispersão jurisprudencial extrema x difusão dos entendimentos pacificados .....	224
10.5.4.2. Atalho argumentativo + atalho procedimental .....	224
10.5.5. Súmulas divulgam entendimento pacificado, não são instrumento para obter tal pacificação .....	225
10.5.6. Súmulas — risco para um verdadeiro sistema de precedentes — mas transitoriamente necessárias .....	226
10.5.7. A súmula vinculante da EC n. 45/2004 é abstrata/desvinculada dos fatos? .....	228
10.5.8. Profundidade da fundamentação com súmulas .....	228
10.5.9. Risco da “súmula-lei” .....	229
10.5.10. Antídotos para a “súmula-lei” .....	232
10.5.10.1. O principal antídoto para a “súmula-lei” são os fatos .....	232
10.5.10.2. Texto de súmula não vincula, apenas sintetiza a <i>ratio decidendi</i> de um precedente....	232
10.5.11. Fundamentação usando súmulas .....	232
10.5.12. Reforma trabalhista e súmulas no processo do trabalho .....	233
10.5.12.1. Positivização de limitação ao conteúdo das súmulas e o juiz <i>bouche de la lois</i> .....	233
10.5.12.2. Positivização de pressupostos quantitativos para a edição de súmulas nos tribunais trabalhistas .....	235
10.6. Recursos repetitivos nos tribunais superiores e recurso extraordinário com repercussão geral .....	237
10.6.1. Recurso extraordinário com repercussão geral (antiga relevância?) .....	238
10.6.1.1. Meta de focar o STF em menos processos, de maior importância .....	238
10.6.1.2. Pressuposto de relevância quanto aos recursos por divergência, contrariedade a lei federal ou à Constituição — 1969-1988 .....	238

10.6.1.3. Crise do Judiciário e necessidade de novo filtro recursal para STF — “repercussão geral” — precedente ainda persuasivo .....	239
10.6.1.4. Repercussão geral potencializada no contexto do CPC 2015 — precedente qualificado vinculante .....	240
10.6.2. Recursos extraordinário e especial repetitivos .....	241
10.6.3. Recurso de revista repetitivo — “incidente de julgamento de recursos de revista repetitivo” — IRR .....	242
10.6.4. Transcendência e o crônico problema da sobrecarga do TST .....	243
10.6.4.1. Já estava na hora de regulamentar a transcendência .....	245
10.6.4.2. Julgando menos em quantidade, mas com maior eficácia.....	248
10.6.4.3. Efeito vinculante dos recursos de revista com transcendência reconhecida .....	249
10.7. Reclamação .....	250
10.7.1. Motivos de sua expansão aos precedentes qualificados do art. 988 do CPC .....	250
10.7.2. Disciplina no CPC 2015.....	252
10.7.3. Procedimento .....	252
10.7.4. Hipóteses de cabimento .....	252
10.7.4.1. Observância de súmula vinculante e de decisão do STF em controle concentrado de constitucionalidade, e de acórdãos proferidos pelos tribunais de segundo grau em IRDR ou IAC.....	253
10.7.4.2. Observância de acórdão em recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão de recursos repetitivos, uma vez esgotadas as instâncias ordinárias.....	254
10.7.4.3. Preservar a competência e garantir a autoridade das decisões do tribunal — ambiguidade — risco de uso arbitrário da reclamação .....	255
10.7.5. Uso elástico da reclamação — risco de interferência indevida — independência judicial — juízo natural — garantias do jurisdicionado — Estudo de caso — Reclamações relativas à atualização dos créditos trabalhistas.....	256
10.7.5.1. Decisão do TST reconhecendo a inconstitucionalidade da TR para atualização dos créditos trabalhistas, na esteira de decisão do STF em caso análogo.....	256
10.7.5.2. Reclamação 22012 MC / RS .....	258
10.7.5.3. Impedimento de controle difuso de constitucionalidade em recurso de revista repetitivo? Apenas se o relator da reclamação declarasse incidentalmente a inconstitucionalidade do § 13 do art. 896-C da CLT. ....	259
10.7.5.4. Na realidade, a decisão reclamada não estava sob o regime de recurso de revista repetitivo .....	260
10.7.5.5. A “tabela única” do CSJT não é vinculante, portanto não teria o potencial de outorgar efeito prospectivo à declaração de inconstitucionalidade dada em controle difuso pelo TST .....	260
10.7.5.6. Incongruência de usar a reclamação para impedir o TST de aplicar o mesmo raciocínio ( <i>ratio decidendi</i> ) da decisão que se alega desrespeitada .....	260
10.7.5.7. Decisão do TRT da 4ª Região reconhecendo a inconstitucionalidade da TR para atualização dos créditos trabalhistas .....	261

10.7.5.8. Reclamação 24.445 MC / RS .....	262
10.7.5.9. Eficácia da reclamação se limita aos autos da decisão reclamada — inexistência de subterfúgio para desrespeitar outra reclamação, se aquela não é vinculante fora dos respectivos autos .....	263
10.7.5.10. Premissa equivocada: de que o TRT4 não teria respeitado o devido processo legal para declarar a inconstitucionalidade do art. 39 da Lei n. 8.177/91 .....	263
10.7.5.11. Reclamação x competência funcional absoluta quanto ao controle difuso de constitucionalidade .....	264
10.7.5.12. Congruência da reclamação com uma decisão paradigma vinculante .....	265
10.7.5.13. Riscos do uso ampliativo da reclamação .....	269
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>271</b>
<b>ANEXO I — LINHA DO TEMPO DOS EVENTOS QUE LEVARAM À DECISÃO DA SUPREMA CORTE DOS EUA EM BROWN V. BOARD OF EDUCATION, 1954 .....</b>	<b>275</b>